

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.749.246 - RJ (2020/0221903-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : **MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU**  
**PROCURADORE** : **RODRIGO GARCIA VERALDO - RJ127939**  
**S**  
**BERNARDO SOUZA BARBOSA - RJ166639**  
**AGRAVADO** : **BENEDICTA MOREIRA AMMON**  
**ADVOGADO** : **GILBERTO CÉSAR ARDISSON - RJ089882**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por **MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU** contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANO MORAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARA DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO E A CONDENAÇÃO EM DANO MORAL. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE RÉ. COBRANÇA INDEVIDA REALIZADA PELO MUNICIPIO, CONFORME PROVA DOS AUTOS. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO DESPROVIDO.

Nas razões do recurso especial obstado na origem, alega violação do art. 186 do CC, bem como divergência jurisprudencial, no que concerne à inexistência de dano moral, trazendo o seguinte argumento:

Logo, conjugadas as duas premissas, percebe-se que não há dano moral indenizável, eis que (i) a pretensão deduzida pela parte autora foi atendida administrativamente, (ii) não houve qualquer ato de cobrança judicial ou inscrição do nome da autora em cadastro restritivo de crédito, de modo que não houve qualquer ato que afetasse a honra ou qualquer outro direito da personalidade titularizado pelo indivíduo, configurando mero dissabor cotidiano por que passara a parte autora (fls. 110).

É, no essencial, o relatório. Decido.

O Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

O dano moral está configurado, uma vez que a autora recebeu diversas notificações e intimações para pagamentos de dívidas já canceladas, o dano pelo dissabor de idas e vindas da parte sempre

pensando que resolverá a pendência, mas sendo surpreendida com novas cobranças (fls. 102).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à presença ou não dos elementos que configuram o dano moral indenizável exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Confirmam-se os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.365.794/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe de 9/12/2013; AgInt no AREsp 1.534.079/ES, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020; AgInt nos EDcl no AREsp 1.341.969/DF, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 26/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.658/PB, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 18/8/2020; e AgInt no AREsp 1.528.011/RJ, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 1º/7/2020.

Ademais, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ também impede o conhecimento do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade fática entre os paradigmas apresentados e o acórdão recorrido”. (AgInt no AREsp 1.402.598/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 22/5/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.521.181/MT, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 19/12/2019; AgInt no AgInt no REsp 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; e AgInt no AREsp 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente